

Paranaíta Ribeirãozinho
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e
o relatório dos auditores independentes.**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração do fluxo de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Genário

A **Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 7 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de quatro subestações e 1.011,75 km de linhas com capacidade instalada de 500kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 010/2016.

Transmissão

Contando com quatro subestações e 1.011,75 km de linhas de transmissão, na tensão de 500kV, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Mato Grosso, escoando a geração das usinas da bacia do Rio Teles Pires, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV PARANAÍTA /CLAUDIA C-3	1	500	298,07	--	13/01/2019	25/08/2046
LT 500 kV CLAUDIA /PARANATINGA C-3	1	500	356,41	--	13/01/2019	25/08/2046
LT 500 kV PARANATINGA /RIBEIRAOZINHO C-3	1	500	357,27	--	13/01/2019	25/08/2046

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT PARANAÍTA	PRTE	520.241	520.241	2034	Junho	IPCA

Em vista das linhas em operação a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 501 milhões para 2024 (evolução de 40% em relação a 2023) e de R\$ 520 mil para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

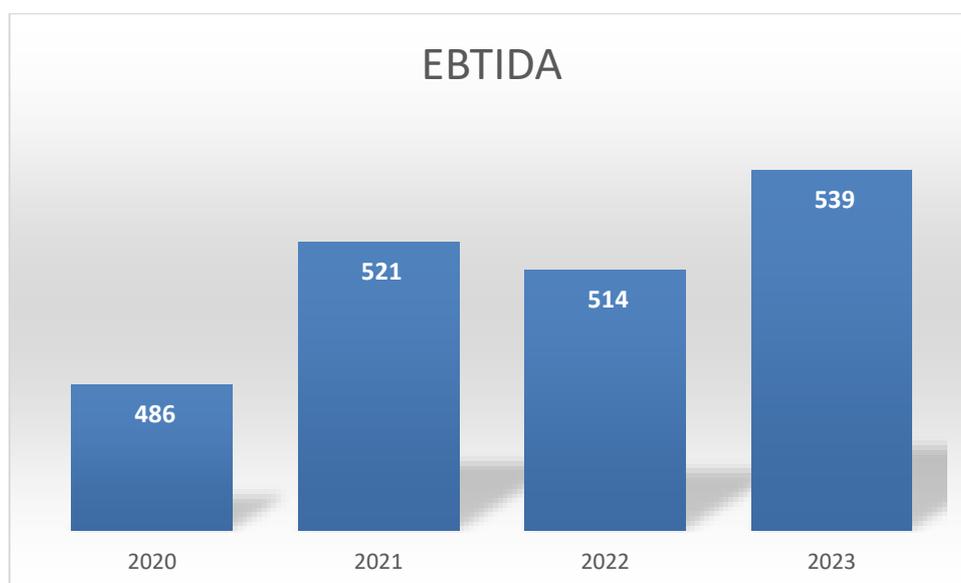
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
450.050	480.805	501.603	520.241	538.449	557.295	576.800



Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 355 milhões, contra R\$ 276 milhões em 2022, um crescimento de 28%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 485 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 441 milhões. Esse aumento de 10 % resulta da evolução da receita de encargos de transmissão de 8 % em relação ao ano anterior.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 36% contra 29% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 539 milhões, superior em 5% a 2022, que foi de R\$ 514 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em R\$ Mil)	2023
KPMG Auditores Independentes	150
Total	150

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	116.770	110.193
Concessionárias e permissionárias	9	57.877	47.777
Contas a receber - partes relacionadas	27	2.219	2.145
Almoxarifado		10.231	6.102
Adiantamento a fornecedores		86	75
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	25.984	11.824
Outros impostos a recuperar	11	2.287	2.961
Outros ativos circulantes		5.322	2.414
		220.776	183.491
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	26.928	21.571
Outros ativos não circulantes		310	4
Imobilizado	12	1.233.180	1.270.482
Intangível	13	33.006	32.485
		1.293.424	1.324.542
Total do ativo		1.514.200	1.508.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	14	3.318	5.311
Fornecedores - partes relacionadas	27	6.045	6.481
Obrigações sociais e trabalhistas		4.255	4.049
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	47.600	47.289
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	23.603	26.888
Outros impostos a pagar	16	10.548	3.869
Taxas regulamentares	17	5.668	4.769
		101.037	98.656
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	417.372	458.719
Outras provisões – compensação ambiental		2.513	10.929
Impostos diferidos		3.568	-
		423.453	469.648
Patrimônio líquido	19		
Capital social		675.001	675.001
Reserva de retenção de lucros		1.477.688	1.451.471
Reserva Legal		111.595	89.677
Reserva de Incentivos fiscais		240.881	155.470
Prejuízo acumulado		(1.515.455)	(1.431.890)
		989.710	939.729
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.514.200	1.508.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	484.697	441.225
Custo da operação	21	<u>(65.279)</u>	<u>(70.936)</u>
Lucro bruto		419.418	370.289
Despesas gerais e administrativas	22	(10.416)	(17.186)
Outras despesas/receitas operacionais	24	<u>(555)</u>	<u>58.393</u>
Lucro antes do resultado financeiro		408.447	411.496
Resultado financeiro	25	<u>(17.477)</u>	<u>(29.859)</u>
Receita financeira		27.597	18.178
Despesa financeira		(45.074)	(48.037)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>390.970</u>	<u>381.637</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	<u>(36.180)</u>	<u>(105.156)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>354.790</u></u>	<u><u>276.481</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>354.790</u>	<u>276.481</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u><u>354.790</u></u>	<u><u>276.481</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	675.001	72.220	1.699.090	96.322	(1.359.233)	1.183.400
Lucro do exercício	-	-	-	-	276.481	276.481
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 19)	-	17.457	-	-	(17.457)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 19)	-	-	-	59.148	(59.148)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	(9.467)	(9.467)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	263.066	-	(263.066)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	(510.685)	-	-	(510.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	675.001	89.677	1.451.471	155.470	(1.431.890)	939.729
Lucro do exercício	-	-	-	-	354.790	354.790
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 19)	-	21.918	-	-	(21.918)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 19)	-	-	-	85.411	(85.411)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	291.026	-	(291.026)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	(264.809)	-	-	(264.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	675.001	111.595	1.477.688	240.881	(1.515.455)	989.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		390.970	381.637
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variação cambial sobre financiamentos	15	44.295	46.516
Depreciação e amortização		41.510	41.373
Baixa de imobilizado e intangível	12/ 13	20	2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	68	2.732
Rendimento títulos e valores mobiliários	10	(678)	(917)
Outras provisões - compensação ambiental		360	(1.363)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(10.168)	(6.199)
Contas a receber - partes relacionadas		(74)	(1.280)
Imobilizado e intangível	12/ 13	1.417	-
Almoxarifado		(4.129)	(3.345)
Títulos e valores mobiliários	10	-	136
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(14.160)	21.494
Outros impostos a recuperar		674	(967)
Adiantamentos a fornecedores		(11)	78
Outros ativos		(3.214)	(1.765)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(1.993)	(3.483)
Fornecedores – partes relacionadas		(436)	671
Compensação ambiental		(8.777)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.512	(63.730)
Outros impostos a pagar		52.215	23.661
Taxas regulamentares		899	1.967
Outros impostos pagos		(51.536)	(24.867)
Obrigações sociais e trabalhistas		204	1.000
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		444.968	413.351
Imposto de renda e contribuição social pagos		(43.407)	(26.599)
Juros pagos	15	(39.574)	(42.684)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		361.987	344.068
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12/ 13	(6.165)	(3.755)
Aplicação títulos e valores mobiliários	10	(9.713)	(27.896)
Resgate títulos e valores mobiliários	10	5.034	28.528
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerados pelas atividades de investimento		(10.844)	(3.123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	15	(45.757)	(45.277)
Dividendos pagos	19	(264.809)	(510.685)
Juros sobre capital próprio pagos	19	(34.000)	(8.046)
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento		(344.566)	(564.008)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		6.577	(223.063)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		110.193	333.256
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		116.770	110.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso.

A Companhia iniciou suas operações em 13 de janeiro de 2019, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568 (trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais) sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso:

- (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 1.011,75 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$ 334.568 (trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais) (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 428.576 (quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 471.525 (quatrocentos e setenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 490.084 (quatrocentos e noventa milhões, oitenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 53,79%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 9,9%, relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

1.4 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis regulatórias. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 19 a 25, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;

- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almojarifado

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almojarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifado de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”.O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		220.776	453.276	674.052	183.491	437.452	620.943
Caixa e equivalentes de caixa		116.770	-	116.770	110.193	-	110.193
Concessionárias e permissionárias		57.877	-	57.877	47.777	-	47.777
Contas a receber - partes relacionadas		2.219	-	2.219	2.145	-	2.145
Almoxarifado		10.231	-	10.231	6.102	-	6.102
Adiantamentos a fornecedores		86	-	86	75	-	75
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		25.984	-	25.984	11.824	-	11.824
Outros impostos a recuperar		2.287	-	2.287	2.961	-	2.961
Ativo de contrato	a	-	453.276	453.276	-	437.452	437.452
Outros ativos circulantes		5.322	-	5.322	2.414	-	2.414
Ativo não circulante		1.293.424	2.216.405	3.509.829	1.324.542	2.092.564	3.417.106
Títulos e valores mobiliários		26.928	-	26.928	21.571	-	21.571
Ativo de contrato	a	-	3.481.755	3.481.755	-	3.394.068	3.394.068
Outros ativos não circulantes		310	-	310	5	-	5
Imobilizado	b	1.233.180	(1.232.349)	831	1.270.482	(1.269.065)	1.417
Intangível	b	33.006	(33.001)	5	32.484	(32.439)	45
		1.514.200	2.669.681	4.183.881	1.508.033	2.530.016	4.038.049

Paranaíta Ribeirãozinho
Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	101.037	-	101.037	98.656	-	98.656
Fornecedores terceiros	3.318	-	3.318	5.311	-	5.311
Fornecedores partes relacionadas	6.045	-	6.045	6.481	-	6.481
Obrigações sociais e trabalhistas	4.255	-	4.255	4.049	-	4.049
Empréstimos e financiamentos	47.600	-	47.600	47.289	-	47.289
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.603	-	23.603	26.888	-	26.888
Outros impostos a pagar	10.548	-	10.548	3.869	-	3.869
Taxas regulamentares	5.668	-	5.668	4.769	-	4.769
Passivo não circulante	423.453	1.154.226	1.577.679	469.648	1.098.126	1.567.774
Empréstimos e financiamentos	417.372	-	417.372	458.719	-	458.719
Outras provisões – compensação ambiental	2.513	-	2.513	10.929	-	10.929
Impostos Diferidos	3.568	1.154.226	1.157.794	-	1.098.126	1.098.126
Patrimônio líquido	989.710	1.515.455	2.505.165	939.729	1.431.890	2.371.619
Capital social	675.001	-	675.001	675.001	-	675.001
Reserva de retenção de lucros	1.477.688	-	1.477.688	1.451.471	-	1.451.471
Reserva legal	111.595	-	111.595	89.677	-	89.677
Reserva de Incentivos fiscais	240.881	-	240.881	155.470	-	155.470
Prejuízo acumulado	d/ e (1.515.455)	1.515.455	-	(1.431.890)	1.431.890	-
	1.514.200	2.669.681	4.183.881	1.508.033	2.530.016	4.038.049

Paranáíta Ribeirãozinho
Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	484.697	93.937	578.634	441.225	64.872	506.097
Custo da operação	e	(65.279)	36.154	(29.125)	(70.936)	37.556	(33.380)
Lucro bruto		419.418	130.091	549.509	370.289	102.428	472.717
Despesas gerais e administrativas		(10.416)	-	(10.416)	(17.186)	-	(17.186)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(555)	-	(555)	58.393	-	58.393
Resultado antes do resultado financeiro		408.447	130.091	538.538	411.496	102.428	513.924
Resultado financeiro		(17.477)	-	(17.477)	(29.859)	-	(29.859)
Receita financeira		27.597	-	27.597	18.178	-	18.178
Despesa financeira		(45.074)	-	(45.074)	(48.037)	-	(48.037)
Lucro antes dos impostos		390.970	130.091	521.061	381.637	102.428	484.065
Imposto de renda e contribuição social corrente		(36.180)	-	(36.180)	(105.156)	-	(105.156)
Imposto de renda e contribuição social diferido	c	-	(46.527)	(46.527)	-	(29.772)	(29.772)
Lucro líquido do exercício		354.790	83.564	438.354	276.481	72.656	349.137

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido societário	<u>2.505.165</u>	<u>2.371.619</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(3.935.032)	(3.831.520)
Imobilizado	1.232.348	1.269.065
Intangível	33.001	32.439
Impostos diferidos passivos	1.154.228	1.098.126
Patrimônio líquido regulatório	<u>989.710</u>	<u>939.729</u>

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>438.354</u>	<u>349.137</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(541.454)	(528.813)
Margem de construção	494.181	448.825
Outras receitas	(56.239)	8.504
PIS/COFINS Diferido	9.575	6.612
Depreciação e amortização regulatória	(41.244)	(41.121)
Custo de Operação e Manutenção	5.090	3.565
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	46.527	29.772
Lucro líquido regulatório	<u>354.790</u>	<u>276.481</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuada nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. *Custo de operação e manutenção e custo de construção*

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	8.684	9.247
Aplicações financeiras (i)	<u>108.086</u>	<u>100.946</u>
	<u>116.770</u>	<u>110.193</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,28% da taxa CDI em 2023 e de 102,84% da taxa CDI em 2022. Em 2023, a Companhia teve um aumento do seu caixa devido a um aumento nas receitas com o reajuste anual da RAP (correção da inflação), aumento da receita financeira em função do CDI que ainda permanece em um patamar elevado e, principalmente, uma redução de 40% do pagamento de dividendos se comparado a 2022.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	49.530	46.984
Vencidas até 30 dias	197	100
Vencidas até 60 dias	1.551	28
Vencidas até 90 dias (i)	3.614	43
Vencidas até 120 dias (i)	1.186	31
Vencidas até 180 dias (i)	758	2.586
Vencidas entre 181 e 360 dias (i)	627	367
Vencidas acima de 360 dias (i)	<u>3.331</u>	<u>487</u>
	<u>60.794</u>	<u>50.626</u>
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCE) (ii)	<u>(2.917)</u>	<u>(2.849)</u>
	<u>57.877</u>	<u>47.777</u>

- (i) Variação refere-se à utilização dos créditos de saldos negativos durante o ano de 2022.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(2.849)	(117)
Reversão	57	90
Provisão (i)	<u>(125)</u>	<u>(2.822)</u>
Saldo final	<u>(2.917)</u>	<u>(2.849)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

10 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva - financiamentos	<u>26.928</u>	<u>21.571</u>
	<u>26.928</u>	<u>21.571</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 15).

Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

11 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ saldo negativo (i)	25.104	11.297
CSLL saldo negativo (i)	109	22
IRRF a recuperar	638	372
CSLL a recuperar	<u>133</u>	<u>133</u>
	<u>25.984</u>	<u>11.824</u>

Outros Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Pis a recuperar	282	282
Cofins a recuperar	1.299	1.299
INSS	272	272
IRRF retido de clientes	226	226
IRRF sobre aplicação financeira	-	687
Outros	<u>208</u>	<u>195</u>
	<u>2.287</u>	<u>2.961</u>

(i) Variação refere-se a utilização dos créditos de saldos negativos durante o ano de 2022.

12 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciaçã o acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	1.418.944	-	-	1.249	1.420.193	1.249	(205.506)	1.214.687	1.254.627
Edificações, obras civis e benfeitorias	44.122	-	-	364	44.486	364	(8.274)	36.212	37.522
Máquinas e equipamentos	1.374.815	-	-	522	1.375.337	522	(197.219)	1.178.118	1.217.100
Veículos	-	-	-	361	361	361	(8)	353	-
Móveis e utensílios	7	-	-	2	9	2	(5)	4	5
Administração	2.163	-	(328)	38	1.873	(290)	(1.043)	830	1.342
Edificações, obras civis e benfeitorias	328	-	(328)	-	-	(328)	-	-	320
Máquinas e equipamentos	852	-	-	38	890	38	(374)	516	574
Veículos	899	-	-	-	899	-	(642)	257	385
Móveis e utensílios	84	-	-	-	84	-	(27)	57	63
	1.421.107	-	(328)	1.287	1.422.066	959	(206.549)	1.215.517	1.255.969
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	14.439	5.455	(982)	(1.249)	17.663	3.224	-	17.663	14.439
Máquinas e equipamentos	127	649	-	(522)	254	127	-	254	127
Outros	14.312	4.806	(982)	(727)	17.409	3.097	-	17.409	14.312
Administração	74	-	(36)	(38)	-	(74)	-	-	74
Máquinas e equipamentos	38	-	-	(38)	-	(38)	-	-	38
Outros	36	-	(36)	-	-	(36)	-	-	36
	14.513	5.455	(1.018)	(1.287)	17.663	3.150	-	17.663	14.513
Ativo imobilizado	1.435.620	5.455	(1.346)	-	1.439.729	4.109	(206.549)	1.233.180	1.270.482

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	1.420.193	(205.506)	1.214.687	1.254.627
Administração	7,51%	1.873	(1.043)	830	1.342
		1.422.066	(206.549)	1.215.517	1.255.969

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de Depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Equipamento geral	6,25%

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos
Transmissão	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	364
Máquinas e Equipamentos	649
Veículos	361
Móveis e Utensílios	2
Projetos - diversos	4.058
Depósitos Judiciais	21
Total das adições	5.455

12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2023

	Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	RETROESCAVADEIRA 4ACX MARCA JCB DO BRASIL - CHASSI TEP900C1V01086950	VEICULOS	352
2.	INSTRUMENTO OPTOELETRONICO PARA CARACTERIZACAO OTDR MODELO CMA5000	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	48
3.	ESTICADOR RADIAL ABERTO DE 25 A 28MM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	40
4.	ESTICADOR RADIAL ABERTO DE 25 A 28MM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	40
5.	MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7490 - 210 ANQV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	38
6.	ROCADEIRA FS 290	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	37
7.	HIPSOMETRO DIGITAL OPTICO TP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	36
8.	CONTRATO DE EMPREITADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS	EDIFICACOES E BENFEITORIAS	36
9.	RADIO DE COMUNICACAO DIGITAL MODELO DEP4	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	31
10.	FLUKE BT 520 ANALISADOR DE BATERIA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	26
	Total das adições		684

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. RETROESCAVADEIRA 4ACX MARCA JCB DO BRASIL - CHASSI TEP900C1V01086950	VEICULOS	352
2. INSTRUMENTO OPTOELETRONICO PARA CARACTERIZACAO OTDR MODELO CMA5000	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	48
3. ESTICADOR RADIAL ABERTO DE 25 A 28MM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	40
4. ESTICADOR RADIAL ABERTO DE 25 A 28MM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	40
5. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7490 - 210 ANQV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	38
6. ROCADEIRA FS 290	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	37
7. HIPSOMETRO DIGITAL OPTICO TP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	36
8. CONTRATO DE EMPREITADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS	EDIFICACOES E BENFEITORIAS	36
9. RADIO DE COMUNICACAO DIGITAL MODELO DEP4	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	31
10. FLUKE BT 520 ANALISADOR DE BATERIA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	26
Total das adições		684

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 1. 7490 - 210 ANQV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	38
Total das adições		38

12.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

13 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Tran sf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amorti zação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	<u>29.570</u>	-	-	<u>64</u>	<u>29.634</u>	<u>64</u>	<u>(57)</u>	<u>29.577</u>	<u>29.569</u>
Servidões	29.562	-	-	-	29.562	-	-	29.562	29.562
Softwares	8	-	-	64	72	64	(57)	15	7
Administração	<u>210</u>	-	-	<u>2</u>	<u>212</u>	<u>2</u>	<u>(206)</u>	<u>6</u>	<u>46</u>
Servidões	204	-	-	2	206	2	(206)	-	40
Softwares	6	-	-	-	6	-	-	6	6
	<u>29.780</u>	-	-	<u>66</u>	<u>29.846</u>	<u>66</u>	<u>(263)</u>	<u>29.583</u>	<u>29.615</u>
Ativo intangível em curso									
Transmissão	<u>2.870</u>	<u>708</u>	<u>(91)</u>	<u>(64)</u>	<u>3.423</u>	<u>553</u>	-	<u>3.423</u>	<u>2.870</u>
Servidão	1.405	11	(91)	-	1.325	(80)	-	1.325	1.405
Depósitos Judiciais	1.401	685	-	-	2.086	685	-	2.086	1.401
Softwares	64	12	-	(64)	12	(52)	-	12	64
Administração	<u>-</u>	<u>2</u>	-	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	-	<u>-</u>	<u>-</u>
Softwares	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
	<u>2.870</u>	<u>710</u>	<u>(91)</u>	<u>(66)</u>	<u>3.423</u>	<u>553</u>	-	<u>3.423</u>	<u>2.870</u>
Ativo Intangível	<u>32.650</u>	<u>710</u>	<u>(91)</u>	<u>-</u>	<u>33.269</u>	<u>619</u>	<u>(263)</u>	<u>33.006</u>	<u>32.485</u>

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	15,00%	29.634	(57)	29.577	29.569
Administração	10,00%	212	(206)	6	46
		29.846	(263)	29.583	29.615

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos
Transmissão	
Software	12
Servidão	160
Depósitos Judiciais	444
Total das adições	616

13.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	Software	23
2. SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	Software	13
3. SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	Software	9
4. SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	Software	9
5. SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	Software	5
6. SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	Software	3
7. SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN 8I	Software	2
Total das adições		64

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1 LICENÇA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	Software	2
Total das adições		2

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

14 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra (i)	1.536	1.421
Fornecedores relacionados à construção (ii)	737	1.245
Gastos ambientais e fundiários	382	1.859
Serviços	620	253
Outros	43	533
	<u>3.318</u>	<u>5.311</u>

- (i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores.
- (ii) Variação refere-se a provisões de notas fiscais relacionadas à construção que foram quitadas durante o exercício de 2022.
- (iii)

15 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2023
BNDES	out/18	jan/34	SGBH	TJLP +2,33%	464.972	506.008
					<u>464.972</u>	<u>506.008</u>
Circulante					47.600	47.289
Não circulante					417.372	458.719
					<u>464.972</u>	<u>506.008</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2023
BNDES	506.008	44.295	(39.574)	(45.757)	464.972
Total	<u>506.008</u>	<u>44.295</u>	<u>(39.574)</u>	<u>(45.757)</u>	<u>464.972</u>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2022
BNDES	547.453	46.516	(42.684)	(45.277)	506.008
Total	547.453	46.516	(42.684)	(45.277)	506.008

BNDES

Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.673 (novecentos e vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e três mil reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2023 havia de principal um montante de R\$ 463.321 (quatrocentos e sessenta e três milhões, trezentos e vinte mil reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidiram juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), no valor de R\$ 1.651 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil reais).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034.

c. Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH)

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2023:

A) Geração de Caixa	406.439
(+) EBITDA	449.955
(-) Pagamento de IR + CS	<u>(43.517)</u>
B) Serviço da Dívida	85.331
(+) Amortização de dívida	45.757
(+) Pagamento de juros	<u>39.574</u>
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	<u>4,76</u>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	390.970
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	17.477
(+/-) Resultado de equivalência	-
(+) Depreciações e amortizações	41.508
(+/-) Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i>	-
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	-

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	989.710
Ativo Total (B)	<u>1.514.198</u>
Índice de Capitalização (A/B)	<u>65%</u>

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	Amortização
2025	46.019
2026	46.019
2027	46.019
2028	46.019
2029-2034	<u>233.296</u>
	<u>417.372</u>

16 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	-	5.445
CSLL (i)	<u>23.603</u>	<u>21.443</u>
	<u>23.603</u>	<u>26.888</u>

(i) Variação refere-se ao abatimento do benefício Sudam do ano conforme nota explicativa 19.

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	732	584
COFINS	3.404	2.701
IRRF retido na fonte (ii)	6.047	48
Outros	<u>365</u>	<u>536</u>
	<u>10.548</u>	<u>3.869</u>

(ii) Variação decorrente de Imposto de renda sobre JCP que será pago em 2024.

17 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	156	145
CDE a pagar	104	
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	5.408	4.624
	5.668	4.769

(i) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 1.745 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil reais).

18 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionadas):

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões e fiscais, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cível (i)	43.229	4.361
Fiscal (ii)	1.835	1.703
	45.064	6.064

(i) Processos cíveis: A variação entre os anos decorre de duas ações judiciais que discutem a aplicação de penalidade em virtude do desligamento da linha de transmissão em decorrência de acidente com máquina agrícola, 1063785-30.2023.4.01.3400, no valor de R\$ 23.918 (vinte e três milhões, novecentos e dezoito mil) e 1104293-18.2023.4.01.3400, no valor de R\$ 19.310 (dezenove milhões, trezentos e dez mil), em ambos as ações judiciais a empresa obteve tutela antecipada que impede qualquer desconto de valores do recebimento de RAP.

(ii) Processos Fiscais: Referem-se a ações judiciais nas quais se discute, principalmente, os tributos denominados ISS e ICMS. As principais ações tramitam no Estado de Mato Grosso e estão relacionadas aos processos 1000521-98.2021.8.11.0101, no valor de R\$ 1.332 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil reais), 1001326-36.2021.8.11.0009, no valor de R\$ 281.243 (duzentos e oitenta e um mil reais) e 1002176-28.2020.8.11.0041, no valor de R\$ 203 (duzentos

e três mil reais). O valor total envolvido nessas três principais ações é de R\$ 1.818 (um milhão, oitocentos e dezoito mil reais). Por fim, esses processos principais encontram-se em trâmite na primeira instância e aguardam a instrução processual. A variação entre os anos decorre de atualização monetária.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001 (seiscentos e setenta e cinco milhões e um mil reais, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 1.477.688 (um bilhão, quatrocentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais) e R\$ 1.451.471 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e setenta e um mil reais), respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 1.515.455 (um bilhão, quinhentos e quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e 1.431.890 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões, oitocentos e noventa mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório Despacho Decisório nº 102/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 155.470 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta mil reais) em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 240.881 (duzentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e um mil reais).

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - societário	438.354	276.481
Reserva legal (5%)	<u>(21.918)</u>	<u>(17.457)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>416.436</u>	<u>259.024</u>
Dividendo mínimo obrigatório (1%) (ii)	<u>4.164</u>	<u>2.590</u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u>(40.000)</u>	<u>(9.466)</u>

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.
- (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023.

Abaixo demonstramos o fluxo de aprovação da distribuição de dividendos e JCP em 2023 e 2022:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022	JCP Líquido pago em 2023	JCP Líquido pago em 2022	Valor do IR s/ JCP
RCA	27/03/2022	-	(350.000)	-	-	-
RCA	24/05/2022	-	(146.129)	-	-	-
RCA	28/09/2022	-	(13.871)	-	-	-
RCA	01/12/2022	-	(685)	-	-	-
AGE	14/12/2022	-	-	-	(8.046)	(1.420)
RCA	12/06/2023	(50.000)	-	-	-	-
RCA	20/07/2023	(8.667)	-	-	-	-
RCA	21/12/2023	(206.142)	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	(34.000)	-	(6.000)
Total		(264.809)	(510.685)	(34.000)	(8.046)	(7.420)

20 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	541.396	493.018
Receita de rateio de antecipação	(8.825)	(11.127)
Receita de encargos de transmissão (i)	484.940	450.768
Recuperação de PIS e COFINS	1.881	1.522
Receita de novas obras RBNI	47.135	43.446
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(15.341)	(14.326)
Indisponibilidade de equipamentos (ii)	31.451	24.029
Descontos incidentes na TUST	155	(1.341)
Outras receitas de operação	-	47
Deduções da receita operacional	(56.699)	(51.793)
PIS	(8.927)	(8.145)
COFINS	(41.118)	(37.519)
P&D	(4.847)	(4.412)
TFSEE	(1.807)	(1.717)
	484.697	441.225

- (i) Aumento decorrente pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo de adoção e a RAP do ciclo atual.
- (ii) Variação decorrente de estorno da provisão estimada em 2022 devido a indisponibilidade de equipamentos e que a que recorremos e que ANEEL acatou o recurso e o valor foi estornado em 2023.

21 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(16.307)	(17.514)
Material	(2.986)	(2.323)
Serviços de terceiros (ii)	(1.680)	(7.494)
Depreciação e amortização	(41.244)	(41.121)
Gastos diversos	(2.406)	(2.047)
Outros	(656)	(437)
	<u>(65.279)</u>	<u>(70.936)</u>

- (i) As variações na linha de pessoal e serviços de terceiros referem-se substancialmente ao rateio conf. Res. 699/16 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022 conforme detalhado na nota explicativa 27.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a gastos em 2022 com recuperação de áreas degradadas que não ocorreram em 2023.

22 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(7.871)	(11.234)
Material	(207)	(311)
Serviços de terceiros	(1.452)	(1.549)
Arrendamentos e aluguéis	(228)	(199)
Seguros	(34)	-
Provisões	(68)	(2.732)
(-) Recuperação de Despesas	572	-
Tributos	(105)	(30)
Depreciação e amortização	(264)	(253)
Outras	(759)	(878)
	<u>(10.416)</u>	<u>(17.186)</u>

23 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(10.270)	(11.439)
Encargos	(3.617)	(3.989)
Previdência Privada	(176)	(166)
Outros Benefícios - Corrente	(2.174)	(1.874)
Outros	(70)	(46)
	<u>(16.307)</u>	<u>(17.514)</u>

Pessoal - administração	31/12/2023	31/12/2022
--------------------------------	-------------------	-------------------

Remuneração	(3.397)	(4.493)
Encargos	(1.141)	(1.731)
Previdência Privada	(79)	(40)
Benefícios	(634)	(823)
Outros	(241)	(1.014)
Administradores	(2.379)	(3.133)
	<u>(7.871)</u>	<u>(11.234)</u>
	<u>(24.178)</u>	<u>(28.748)</u>

24 Outras receitas / (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas da prestação de serviços	17	-
Reserva SUDAM (i)	-	59.149
Outras despesas	(572)	(756)
	<u>(555)</u>	<u>58.393</u>

- (i) Valor refere-se a incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 102/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021.

25 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	<u>27.597</u>	<u>18.178</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	27.892	17.828
Tributos sobre receitas financeiras	(1.346)	(887)
Outras receitas financeiras	1.051	1.237
Despesas financeiras	<u>(45.074)</u>	<u>(48.037)</u>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(39.428)	(42.689)
Juros e multas	(164)	-
Outras despesas financeiras	(5.482)	(5.348)
	<u>(17.477)</u>	<u>(29.859)</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.

26 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

Paranáíta Ribeirãozinho
Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>521.061</u>	<u>484.064</u>
Adições/Exclusões não dedutíveis	9.187	11.971
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)		-
Ajustes ICPC 01	(132.040)	(105.412)
Doações e Subv. para Investimento	-	(59.148)
Juros s/ Capital Próprio	(40.000)	(9.466)
Outros	<u>(702)</u>	<u>(581)</u>
Lucro Real	<u>357.506</u>	<u>321.428</u>
Compensação PF/BN (30%)	<u>-</u>	<u>(11.772)</u>
Lucro Real (Após Compensação)	<u>357.506</u>	<u>309.656</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(89.353)	(77.365)
Inc. Fiscais	<u>85.411</u>	<u>122</u>
IRPJ devido (25%)	<u>(3.942)</u>	<u>(77.243)</u>
CSLL (9%)	<u>(32.238)</u>	<u>(27.913)</u>
IR e CS correntes	<u>(36.180)</u>	<u>(105.156)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(36.180)</u>	<u>(105.156)</u>
Alíquota efetiva	<u>7%</u>	<u>21%</u>

27 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

27.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>2.219</u>	<u>2.145</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.219	2.145
Outros		-
Intercompany SGSE - Despesas de pessoal		-
Intercompany Paranaíba - Despesas telefonia		-

27.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>6.045</u>	<u>6.481</u>
Aluguel	13	
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	6.032	4.967
Serviços de engenharia CET Brazil (ii)	-	1.452
Outros	-	62
Intercompany XRTE - Despesas de pessoal		-
Intercompany SMTE - Despesas de IPTU	-	62

27.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>(12.106)</u>	<u>(16.859)</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(11.932)	(16.483)
Aluguel (iii)	(174)	(169)
Serviços de engenharia SGSE (iv)		(207)

- (i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se a serviços de engenharia prestados pela CET Brazil Transmissão de Energia realizados em 2022.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos

relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2023 a 2024.

27.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	1.039	1.215
Benefícios diretos e indiretos	175	213
Encargos	510	718
Provisões (13 salário, férias e bônus)	655	987
Valor total da remuneração	2.379	3.133

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

28 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 28.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	116.770	110.193
Títulos e valores mobiliários	10	26.928	21.571

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	9	57.877	47.777
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos - terceiros	15	464.972	506.008
Fornecedores terceiros	14	3.318	5.311
Fornecedores partes relacionadas	27	6.045	6.481

28.2 **Gestão de riscos**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxas de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	116.770	110.193
Títulos de Valores Mobiliários	26.928	21.571
Concessionária e Permissionárias	57.877	47.777
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	464.972	506.008

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento

periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

29 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Seguro Patrimonial	Risco operacional	313.189	313.190
Responsabilidade Civil	Risco Civil	20.000	20.000

Veículos	Carros	752	970
Total Seguros		333.941	334.160

31 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo em 31/12/2023 a pagar refere-se ao montante total de R\$ 1.613 (um milhão, seiscentos e treze mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PRTE-PM-2020-3870	Engelineas	TEQ C3 - Diagnóstico de inconformidades	04/02/2021	14
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	TEQ C3 - Estruturas metálicas	22/11/2021	108
PRTE-ENG-2018-177	Nari	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	39
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	1.452
				1.613
Cronograma de vencimento				Em R\$
2024				1.613
				1.613

23 Eventos subsequentes

Processo nº 1004573-44.2024.4.01.3400

A PRTE busca por meio de um pedido de tutela antecipada impedir qualquer bloqueio no recebimento de sua RAP (Receita Anual Permitida) em decorrência de um acidente com derrubada de torres causada por máquina agrícola no estado do Mato Grosso conforme processo nº 1004573-44.2024.4.01.3400, iniciado em janeiro de 2024. O valor de exposição possível do caso é de R\$ 22.188 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e oito mil reais). Atualmente a empresa possui uma liminar no caso que garante o não desconto de valores até o julgamento do mérito do processo. A Companhia possui garantia desse processo no valor de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais).

Ramon Sade Haddad

Diretor Presidente

Jorge Bauer

Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa

Contadora - CRC RJ - 103573/O-2